

A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E A GESTÃO DO MODO DE PRODUÇÃO:

PROCESSOS GESTORIAIS, DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO TRABALHO À ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

RÔMULO CARVALHO CRISTALDO*

CLARA MARINHO PEREIRA**

PARA HAVER uma apreensão inicial ao se defrontar com o termo “administração política”, principalmente por conta do uso mais comum das duas palavras que o compõe: administração e política. A primeira, associada à alocação eficiente de recursos nos sistemas produtivos, e a segunda, com o processo institucional de governo dos Estados Nacionais, parecem tornar o conceito ligado à otimização do uso do poder — ou, até mesmo, à profissionalização da atuação nas esferas de representatividade política. Deve-se, desde já, afirmar que este não é o caso. A terminologia “administração política” diz respeito a um processo social concreto, para o qual se chama atenção como objeto de pesquisa principal da Administração enquanto campo disciplinar.

A nosso ver, a origem dessa discussão se funda na proposição do conceito marxiano de *modo de produção*. A exposição marxista sobre como o capitalismo se articula para se reproduzir enquanto sistema social dominante faz surgir uma dúvida intrigante: é possível analisar este modo de produção contemporaneamente dominante como um sistema gestorial complexo e abrangente? O professor Reginaldo Souza Santos, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que

* Graduando em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA); bacharel em Administração, pela UFBA, pós-graduando em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Bento da Bahia. Pesquisador do grupo de pesquisa em Administração Política, da Escola de Administração da UFBA.

** Mestranda em Desenvolvimento Econômico, do Instituto de Economia da Unicamp; bacharela em Administração pela UFBA. Pesquisadora do grupo de pesquisa em Administração Política, da Escola de Administração da UFBA.

sim. E mais: existiria uma gestão sistêmica,¹ porque se propõe a manter um *statu quo*, e imanente² aos diversos modos de produção, um processo sócio-histórico, universal, que pode ser apreendido a partir de uma ampliação e remodelação do conceito de *administração política*. É como suporte à sua conceituação — e ligação à sua linha de pesquisa — que se elaborou este trabalho.

A proposta deste artigo é pôr em perspectiva a existência desta gestão imanente dos modos de produção, observando dimensões específicas — a produção material e a divisão internacional do trabalho —, ao longo da história, que permitam demonstrar a ocorrência da *administração política* enquanto processo real. Aqui se pretende fazê-la buscando identificar suas raízes concretas através da seguinte questão: *quais elementos na evolução do capitalismo que demonstram a existência de uma gestão imanente ao modo de produção?*

Para tentar responder esta indagação, pretende-se tomar como objetivo primário o de *analisar as transformações do modo de produção capitalista a partir das modificações gestoriais imanentes ao sistema produtivo*. Ao qual se acrescentam os seguintes objetivos secundários: (1) identificar formas de transformação da organização do trabalho, desde o final do século XIX até o último quartel do século XX, citando algumas das prin-

1 Segundo Fernando Prestes Motta, uma leitura sistêmica da administração (e, conseqüentemente, da gestão) vê a organização como um sistema aberto, cujos elementos, os indivíduos, interagem entre si e com o ambiente de maneira complementar processando entradas (insumos) para produzir saídas (produtos) — “um sistema de conjuntos de papéis, mediante os quais as pessoas se mantêm inter-relacionadas” (Motta, 1996, p. 86). Essa corrente de pensamento enfatiza a adequação do indivíduo a um papel funcional que lhe é “natural”, proposto para reproduzir um padrão e manter a estabilidade do sistema, adaptando-se ao ambiente organizacional. Uma gestão sistêmica é um tipo de gerenciamento que naturaliza as relações dentro da firma, e que, ideologicamente, conduz a não-contestação da distribuição dos papéis individuais e a eliminação dos indivíduos que não se adaptem ao *statu quo*, considerados casos patológicos por não reproduzir os padrões de comportamento esperados. Quando se afirma aqui que a administração política do capitalismo é sistêmica, assume-se não que a administração deva procurar a sistemicidade, mas que o caráter reprodutivo dessa gestão imanente a este modo de produção específico busca sustentar um padrão social de relações de apresamento e submissão do trabalho que lhe é característico, reproduzindo um discurso sistêmico.

2 Ao propor o termo “imanente” se afirma que existem, permeados aos processos sociais de produção e reprodução da materialidade — ao modo de produção —, elementos gestoriais que se interpenetram nas relações sociais induzindo padrões complexos de relações e comportamento. É imanente pelo fato de que esses elementos se mantêm no substrato do processo social produtivo, ainda que se reproduza na grande maioria das unidades produtivas que se inserem no modo de produção capitalista, se movimentando e modificando de maneira quase imperceptível aos que se propõem a analisar tais fenômenos sem a devida atenção. Esta gestão imanente no capitalismo, porém, não é, a nosso ver, resultado do mero acaso, mas oriunda da articulação de interesses de classe a fim de reproduzir processos de acumulação e valorização da capital.

cipais mudanças na maneira como as firmas articulam a contratação do trabalho; (2) descrever a evolução histórica do capitalismo segundo a concepção de sistema-mundo integrado, destacando as principais mudanças no plano da divisão internacional do trabalho e das relações e articulações interestatais; (3) explicar o conceito de *administração política* a partir desses elementos.

O artigo, então, divide-se em quatro partes. A primeira faz uma breve explanação acerca das premissas conceituais que foram tomadas como fundamentos teóricos para a pesquisa. As Seções 2 e 3 tratam de reconstruir a evolução do modo de produção capitalista a partir das categorias de análise propostas na primeira seção — a segunda o faz a partir da organização da produção e a terceira a partir da dinâmica da divisão internacional do trabalho. A Seção 4 pretende, à luz dos elementos anteriores, ressignificar o conceito de *administração política*. Por fim, levantam-se questões que se impõem por conta do caráter embrionário da proposta de pesquisa.

I. Premissas para consideração da Administração Política enquanto processo real e fundamento para um campo disciplinar

Se existem processos de gestão nos modos de produção, o que fazer para apreendê-los? Poderíamos afirmar, desde o princípio da pesquisa, que a administração é uma ciência, com um objeto definido e leis próprias que podem ser observadas. Entretanto, se optássemos por essa noção de ciência, definindo *a priori* pela *gestão* ou *organização* como vértice central da pesquisa, faríamos uma investigação no mínimo vulgar. Deixaríamos de apreender, justamente, a totalidade que desejamos ressaltar: a gestão sistêmica de um dado modo de produção, isto é, do como fazer, dos processos, dos meios que asseguram a consecução das finalidades colocadas no espaço societário.

Por onde começar, então? Admitimos, primeiro, que a sobrevivência dos seres humanos se faz a partir do intercâmbio constante e conscientemente realizado desses com a natureza e entre si mesmos. O conjunto de atividades associadas a este objetivo fundamental de produção e reprodução da vida implica o estabelecimento de relações sociais que, associadas aos instrumentos e às técnicas de trabalho necessárias à sua consecução, constituem um sistema de produção e intercâmbio, historicamente mutável

e progressivamente complexo, apreendido no conceito marxiano de modo de produção³ (Antunes, 2006, cap. 1).

E, em segundo lugar, admitimos que a apreensão da totalidade dos processos gestoriais presentes nos modos de produção deve evidenciar suas histórias e substratos materiais; suas coerências e contradições; suas possibilidades de reprodução e ruptura; suas nuances políticas, sociológicas, antropológicas e comportamentais implicadas. Dito de outro modo, uma abordagem real das organizações e da gestão transcende a separação rígida entre as ciências humanas, mas deve atender a um propósito essencial, a saber: descrever e analisar o “como fazer” da sociedade.

As duas premissas nos comprometeram a orientar a pesquisa para a construção de um conhecimento em administração em oposição ao hegemônico, que se apresenta: ideológico, manipulador, prescritivo, produtivista, meritocrático, entre outros adjetivos. Buscamos a todo o tempo ressaltar a história e a dinâmica das organizações e da gestão, analisá-las, criticá-las.

E para estudar a gestão sistêmica e imanente dos modos de produção de fato, partimos de tradições e categorias analíticas já consolidadas que pudessem caracterizá-la lógica e historicamente e que pudessem evidenciar mudanças aparentes dentro de um mesmo modo de produção ou alterações substantivas para outro ordenamento social. A partir daí poderíamos construir as nossas próprias categorias analíticas. Logo, no decorrer dos meses que se antecederam a este primeiro trabalho, estudou-se, a partir da contribuição de inúmeros autores: a organização e a gestão do trabalho na unidade produtiva capitalista; a organização e a gestão material e político-estratégica do modo de produção capitalista; as relações sociais de distribuição capitalistas, segundo o antagonismo de classes. Enfim, é um primeiro resultado desse esforço que se apresenta a partir de agora.

3 Modo de produção é um conceito abstrato que tenta sintetizar e localizar historicamente uma relação social concreta: como os homens se organizam para garantir sua reprodução material, os meios de sua sobrevivência. Marilena Chauí afirma que “o conceito de modo de produção esclarece uma distinção que opera no tratamento dado por Marx à história: a distinção entre *devir* e *desenvolvimento*. O *devir* é a sucessão temporal dos modos de produção ou o movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão repostas pelo o novo modo. O *desenvolvimento* é o movimento interno de um modo de produção para repor seu pressuposto, transformando-o em algo posto; refere-se, portanto, a uma forma histórica particular, ou melhor, é a história particular de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade para repor internamente e por inteiro o seu pressuposto” (Chauí, 2007, p. 2).

2.A organização do trabalho e a unidade produtiva no capitalismo

A expropriação dos meios de produção, associada à organização hierárquica da produção — que se origina e é reforçada pela separação entre concepção e execução do processo de trabalho —, é o elemento fundante da divisão capitalista do trabalho e, por consequência, da moderna empresa e sua administração. O foco será no surgimento da formalização do taylorismo-fordismo, e sua consequente empresa multidivisional, e a posterior passagem para o toyotismo — processos sociais característicos que Giovanni Arrighi (1996) chamou de “o longo século XX”.

A adoção da divisão capitalista do trabalho permitiu ao empresário um papel essencial no processo produtivo: a coordenação;⁴ combinando os esforços separados dos seus trabalhadores alienados, só ele se fez capaz de obter um produto mercante.⁵ Dito de outro modo, aquela lhe garantiu o poder de definir o que, quanto e *como* produzir (para acumular). A esse conjunto de atividades de comando aí originadas, guarde-se, chamamos de *gerência* (Marglin, 2001).

Impulsionada a partir da “ineficiência econômica” do *putting-out system* — em que o operário podia controlar o ritmo e o tempo dedicado ao trabalho; “trabalhando com lã [. . .], podia substituir a boa por inferior, ou esconder imperfeição durante a fição, ou moldar a lã para fazer mais pesada”.⁶ —, a divisão capitalista do trabalho concebeu a fábrica (Heaton, apud Marglin, 2001, p. 67). Para o empresário, ela oferecia a concentração física da força de trabalho e um sistema de disciplina e fiscalização impossível para o sistema anterior (Heaton, apud Marglin, 2001, p. 57):

Disciplinar a força de trabalho significava que se aumentavam as quantidades produzidas, pelo aumento do trabalho fornecido, enquanto a produtividade do trabalho permanecia a mesma. A fiscalização

4 “Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige, com maior ou menor intensidade, uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados [. . .]. Essa função de dirigir, superintender e mediar, assume-a logo o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo” (Marx, 2006, v. 1, p. 384).

5 “Não é porque era o único capaz de combinar o trabalho dos operários que o capitalista pôde enriquecer à custa deles; mas, pelo contrário, porque ele mesmo os tinha levado à incapacidade de exercer a função que queria para si” (Marglin, 2001, p. 49).

6 Ineficiência econômica do ponto de vista do capitalista, obviamente.

da mão-de-obra — na medida em que não se confundia com a disciplina — simplesmente reduzia o salário real: fazendo cessar os desvios de mercadoria e outras formas de fraudes modificava-se a divisão do bolo, em favor dos capitalistas. No modelo concorrencial é impossível melhorar a posição de um indivíduo ou de um grupo, à custa dos outros. Mas a história das relações patrões-operários no *putting-out system* desmente o modelo concorrencial. O desvio de mercadorias e as outras formas de fraude eram pequenas manifestações de um “poder compensador”. A fábrica pôs um fim definitivo, ao mesmo tempo, à “desonestidade” e à “preguiça”. (Marglin, 2001, pp. 68-9).

Colocada a força de trabalho sob controle, foi possível introduzir as máquinas de alto preço típicas da grande indústria:

[. . .] é falso atribuir importância primordial ao crescimento do capital fixo, aos custos elevados dos meios de produção, para explicar a proletarianização da força de trabalho [. . .] De fato, a transformação do produtor independente em trabalhador assalariado aconteceu antes das máquinas se tornarem dispendiosas. Foi uma consequência direta da especialização do homem nas tarefas parceladas características do *putting-out system*. O capital desempenhava um papel nesse sistema, é claro. No fim das contas, o *putter-outer* já era um “capitalista”. Mas as máquinas, no *putting-out system* eram primitivas; o capital *fixo* era sem importância. O capital fornecido pelo fabricante consistia sobretudo em capital circulante — estoque de bens em curso de fabricação — e em adiantamentos de salário (Marglin, 2001, p. 55, grifos do autor).

Apresentada a gênese da organização do trabalho e da unidade produtiva dos nossos tempos, pode-se, agora, discutir o desenvolvimento de ambos, ao longo do século XX.

2.1 O taylorismo-fordismo e a grande empresa multidivisional

A concentração e a centralização de capitais iniciada no final do século XIX permitiram o surgimento de grandes unidades produtivas em ramos de atividade como siderurgia, química básica, automóveis etc. Aumentada esta escala de operações, *como* organizar o processo produtivo e

as atividades de assessoria que o viabilizam? Os pioneiros mais conhecidos dessa empreitada foram os engenheiros Frederic Taylor⁷ e Henry Fayol, respectivamente.

Frederic Taylor iniciou os seus trabalhos em 1878, aos vinte e dois anos, na Midvale Steel Company, uma das companhias siderúrgicas mais avançadas dos Estados Unidos. Foi rapidamente promovido de operário a chefe de turma, quando começou a se “preocupar” com a racionalização dos processos de trabalho, remuneração e saúde dos empregados:

A eliminação da cera, e das várias causas do trabalho retardado, desceria tanto o custo da produção que ampliaria o nosso mercado interno e externo, de modo que poderíamos competir com nossos rivais. Remover-se-ia uma das principais causas de nossas dificuldades sociais, por falta de emprego e por pobreza; teríamos também uma ação mais permanente decisiva sobre esses infortúnios do que os remédios usados, até agora, para combatê-los. Assegurar-se-iam salários mais elevados, menos horas de serviço diário e melhores condições de trabalho e habitação (Taylor, 1980, p. 33).

Ele prossegue:

Para cada indivíduo que trabalha demais, há cem deles que, intencionalmente, todos os dias de sua vida trabalham menos — muito menos do que deviam — e que, deste modo, estão colaborando, deliberadamente para criar condições que são conseqüências inevitáveis dos baixos salários. E, dificilmente, alguma voz se levanta para combater esse mal. Como engenheiros e administradores, nós conhecemos mais de perto esses fatos que quaisquer outros e estamos mais bem aparelhados para dirigir um movimento contra as idéias falsas, esclarecendo não só os trabalhadores, como todos os cidadãos a respeito da verdade. E apesar disso nada fizemos nesse sentido (Taylor, 1980, p. 35).

Talvez não fosse necessária tanta dissimulação para tentar retirar o controle, nunca inteiramente desaparecido, das decisões tomadas no curso

7 Entre os seus precursores estão Andrew Ure e Charles Babbage.

do trabalho pelos trabalhadores. É essa “fatalidade” que faz com que Taylor afirme a necessidade e a importância da gerência no controle do processo de trabalho (Braverman, 1979).

Segundo Braverman (1979), é possível sintetizar as propostas de gerência de Taylor em três princípios:

> *Dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores* — “O administrador assume [. . .] o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas [. . .]” (Taylor, apud Braverman, 1979, p. 103). Nas palavras de Braverman: “O processo do trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores” e depender inteiramente das “políticas gerenciais” (Braverman, 1979, p. 103).

> *Separação de concepção e execução* — “Todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou prometo [. . .]” (Taylor, apud Braverman, 1979, p. 103).

> *Utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo produtivo para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução* — disso decorre que com “o crescente caráter científico da maioria dos processos, que aumentaram em complexidade enquanto ao trabalhador não era permitido partilhar desse crescimento, ficou cada vez mais difícil para os trabalhadores compreender os processos nos quais atuavam” (Braverman, 1979, pp. 108-9).

E os princípios “científicos” da gerência proposta por Taylor passaram a ser adotados ao redor do mundo, qualquer que fosse o desenvolvimento tecnológico das empresas. Quem “melhor” o aperfeiçoou foi Henry Ford, empresário americano do setor automobilístico. Estaria então consolidado o paradigma de produção dominante até a década de 70 do século XX, o taylorismo-fordismo.

A inovação de Ford consistiu em impulsionar a produção em massa pela introdução da “completa e consistente intercambialidade das peças”, que permitiu o surgimento de produtos inteiramente padronizados, e a linha de montagem de fluxo contínuo, que permitiu a redução do ciclo médio de tarefa e a ampliação da divisão do trabalho, o aumento da produção diária e a intensificação da jornada de trabalho (Womack; Ross, 1992).

O aumento da escala de operações e da rivalidade intercapitalista trazia outros problemas além da organização do processo produtivo: como

a empresa deve organizar-se para realizar a mercadoria? Dito de outra forma: como organizar as atividades de assessoria ao processo de acumulação produtiva? Henry Fayol tentou equacioná-las.

Para tanto, Fayol propôs estabelecer os elementos e princípios gerais da administração. Os primeiros são “*prever, organizar, comandar, coordenar e controlar*” (Fayol, 1981, p. 26) e os elementos são “*a divisão do trabalho, a autoridade e a responsabilidade, a disciplina, a unidade de comando, a unidade de direção, a subordinação do interesse particular ao interesse geral, a remuneração do pessoal, a centralização, a hierarquia, a ordem, a equidade, a estabilidade do pessoal, a iniciativa e a união do pessoal*” (Fayol, 1981, p.44).

Fayol também indicou quais deveriam ser as funções da empresa: técnicas, comerciais, financeiras, de segurança e de contabilidade, organizadas em departamentos segundo os princípios supracitados (Fayol, 1981). Suas idéias — orientadas “pela necessidade de construir uma arquitetura de coordenação e controle que contivesse a descontinuidade e o conflito inevitáveis causados pelo comportamento «informal»” (Reed, 1999) —, associadas ao desenvolvimento dos trustes — que investiram pesadamente em economias de escala e de escopo, *marketing*, distribuição e grandes hierarquias gerenciais (Chandler, 1998) —, elaboraram a face da grande empresa no século XX. São suas características: integração vertical da firma (controle, do fornecimento à distribuição) e estratégia de longo prazo; diversificação da produção, divisões internas descentralizadas e expansionismo geográfico; estrutura de produção baseada em grandes lotes de matérias-primas; planejamento da produção, conformado por previsão, constituição de estoques de produtos em processo e finalizados e minimização dos custos, entre outras características (Chandler, 1998).

O que é importante reter da investigação do pensamento de Fayol é que ele deu origem a uma corrente de autores cuja principal preocupação é dotar as empresas de “capacidade administrativa”, por meio de técnicas e metodologias que potencializem as decisões operacionais e estratégicas tomadas pelas hierarquias de gestores. Às técnicas e metodologias dessa natureza chamamos de *management*.

Gurgel (2003) argumenta que o modelo taylorista-fordista se consolidou quando, associado à (1) macroeconomia keynesiana, ao (2) estado do bem-estar social oriundo das experiências dos países escandinavos — erroneamente confundido com a proposta de Keynes —, e ao (3) modelo

burocrático de organização, liderou o que Hobsbawm chamou de “era de ouro” do capitalismo nos vinte e cinco anos imediatamente posteriores à grande guerra (Hobsbawm, 2002). Foi essa relação sistêmica, reacionária à possibilidade socialista, que envolveu reformulações no campo da economia política, do papel do Estado, e da própria firma — que se tornou transnacional sob a égide americana — orquestrando a administração política que emergiu da crise capitalista de 1929 para salvar o modo de produção da bancarrota.

2.2 O toyotismo e a empresa enxuta-flexível

O excesso de capacidade e de produção fabril nas economias centrais do capitalismo provocaram baixas nas taxas de acumulação de capital, que, por sua vez, implicaram: índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; percentuais baixos de aumento salarial; desemprego crescente; baixas taxas de investimento (Brenner, apud Antunes, 2006, pp. 30-1). Como resposta à crise — que se interava com a ofensiva dos trabalhadores, entre o fim da década de 60 e início da década de 70⁸ —, o capital reorganizou-se e iniciou um “intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (Antunes, 2006, p. 31). *Transformavam-se então, a gerência, o management e a administração política do capitalismo em sua aparência imediata.*⁹

8 “O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absenteísmo, da fuga do trabalho, do *turnover* da busca da condição de trabalho não-operário, até às formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo «cuidado» especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestivas, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário” (Birh, apud Antunes, 2006, p. 42). Entretanto, como argumenta Antunes, as ações dos trabalhadores não conseguiram “se converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital” nem conseguiram consolidar “formas de organização alternativas, capazes de se contrapor aos sindicatos e aos partidos tradicionais”. Enfim, “as forças do capital conseguiram reorganizar-se” (Antunes, op. cit., p. 44).

9 Porém, é preciso lembrar, como afirma Manuel Castells, que o toyotismo, enquanto sistema de produção flexível, que tentou contestar o sistema taylorista-fordista, surge como uma alternativa dentre muitas para substituir o modelo anterior. Este autor cita ainda inúmeras outras formas de flexibilização, como os arranjos em rede, as alianças corporativas estratégicas, as redes em redes, etc. (Castells, 1999). Aqui se optou por escolher este modelo, pois, a nosso ver, o próprio oriente onde surge o toyotismo tenta, também, se impor enquanto alternativa política à hegemonia norte-americana, como conjectura Giovanni Arrighi (Arrighi, 1996), operando através de um modelo de administração política diferenciado. Contudo, neste artigo não trataremos destas questões da contestação asiática sobre a hegemonia da administração política estadunidense com os pormenores que ela merece, deixando mais esta avenida aberta para a pesquisa posterior.

Entre os diversos princípios perseguidos pelas empresas, desde os anos 70, a partir da organização da produção da Toyota, e que repercutiram nas dimensões logo acima, citamos:

- > Produção adaptada às diferentes exigências e variações da demanda.
- > Trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções: processo de trabalho flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (também com redefinição do leiaute); “desenvolvimento” da força de trabalho — transferência de responsabilidades para o trabalhador; intensificação do ritmo de produção.
- > Maior aproveitamento possível do tempo de produção: redução do *set-up* (tempo de adaptação da máquina para produção de um outro produto) e do tempo de fabricação; manutenção preventiva.
- > Estoque mínimo: redução do capital de giro.
- > Estrutura horizontalizada: a partir da especialização da produção (foco nos componentes essenciais que garantem vantagens competitivas sustentáveis e possuem alto valor agregado), da terceirização (o oposto desse último aspecto) e da redução dos níveis hierárquicos (novamente as equipes com multivariabilidade de funções).
- > Círculos de controle da qualidade: produção com defeitos mínimos; discussão entre grupos de trabalhadores com vistas a melhorar a produtividade (apropriação do *savoir-faire*).
- > Adoção de (alta) tecnologia de informação e comunicação (Antunes, 2006).

Modificada a organização da empresa e do processo de trabalho, ela se torna mais ágil em atender o mercado e na adaptação às mudanças tecnológicas. Em seu rastro, o Estado reestrutura-se numa perspectiva liberal-conservadora (privatizações, desregulamentações) e “moderniza” sua burocracia. Para a classe trabalhadora, os resultados foram intensificação do trabalho, aumento do desemprego (por causa do aumento da composição orgânica do capital) e do subemprego (aumento de horas trabalhadas sem correspondente elevação dos salários ou não-acesso aos direitos sociais vinculados ao trabalho). Enfim, permanece a gestão sistêmica do capital, ora reproduzida de outras formas.

3.As articulações transformacionais do capital e os padrões organizacionais inerentes ao capitalismo

O desenrolar histórico do capitalismo pode ser visto também a partir da gestão resultante da interação entre as nações e o capital, em busca da acumulação e da reprodução das condições que a garantem.

Segundo Giovanni Arrighi (1996), observam-se sucessões de centros hegemônicos de poder capazes de dominar a economia mundial e ditar as regras de transação globais. Arrighi divide a história do capitalismo em séculos longos — os ciclos de acumulação — denominados de acordo com a nação hegemônica de cada período. Há, sob sua ótica, um ciclo genovês, um holandês, um inglês e, finalmente, um americano, que se mantém na atualidade.

Cada ciclo se formou sobre uma relação específica e diferenciada entre o poder político instituído e o poder econômico. A gênese do capital genovês, que coincidiu com o ocaso do modo de produção feudal, só se tornou possível por conta da associação entre mercadores italianos e o poder político-militar espanhol; os Países Baixos, que contestaram a hegemonia genovesa, ascenderam incorporando os meios de violência para dentro da esfera de decisão da Companhia das Índias Orientais — que se confundia com o próprio Estado; e a Inglaterra, que superou o domínio flamenco, o fez por meio do Estado nacional moderno e, no limiar de seu poder, por meio do imperialismo moderno. No século XX, o imperialismo inglês foi contestado por uma nova forma de articulação político-econômica — que se mantém até então — orientada pelos Estados Unidos da América. Sua unidade de produção/valorização¹⁰ é a firma transnacional.

Embora tenha surgido sob influência do Estado nacional liberal inglês em meados do século XIX, a firma transnacional se consolidou como instituição dominante no pós-guerra do século XX, quando recebeu o suporte institucional para o seu desenvolvimento pleno por meio de um Estado que, nos países centrais do capitalismo, ora financiou a acumulação de capital, ora financiou a reprodução da força de trabalho por meio dos gastos sociais.¹¹

10 Uma unidade de produção não deve ser confundida com o modo de produção, visto que o segundo é a forma de produzir associada às estruturas que dele advém; e a unidade de produção é onde se dá e como se organiza o processo de transformação e elaboração dos bens que a sociedade demanda. A unidade de produção só se torna também uma unidade de valorização no modo de produção capitalista, pois que será usada para que o capital, a partir da apropriação de um excedente de valor criado pelo trabalho, se valorize e multiplique.

11 Entre as formas de financiamento da reprodução da força de trabalho típicas do *Welfare State*, Francisco de Oliveira (1988) enumera: “a medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo” (Oliveira, 1988, p. 8); e entre as formas de financiamento para a acumulação, ele afirma que “inclui desde os recursos para ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através

Extraindo determinações a partir das especificidades históricas, Arrighi afirma que os ciclos sistêmicos de acumulação se caracterizam por: (1) uma dependência do capital em criar raízes de associação política que lhe permitam a melhor estrutura para a acumulação – associação esta sempre dinâmica, pois outras nações contestam os centros hegemônicos a fim de atrair o capital para dentro da sua esfera de influência; (2) a cada sucessão hegemônica, a mais recente se consolida sobre bases mais amplas que a anterior, oferecendo uma nova estrutura de Estado e uma nova forma de organização produtiva.

O autor entende que o modo de produção capitalista se consolidou não a partir de conjuntos econômicos nacionais isolados, mas como um sistema-mundo articulado que se retro-alimenta em busca de novas e melhores formas de acumulação.¹² E, mais, demonstra que cada ciclo sistêmico de acumulação encerra uma determinada lógica que orienta a produção e a distribuição. Dessa concepção, dá-se um passo adiante: defende-se aqui que para cada novo ciclo sistêmico de acumulação do modo de produção capitalista há, igualmente, alterações na forma de organização e gerenciamento das relações sociais de produção e distribuição da riqueza, do chão de fábrica ao sistema-mundo; ou, nos termos da pesquisa que buscamos desenvolver, *a cada padrão de acumulação do capital corresponde uma gestão característica, chamada aqui de administração política.*

Então, a partir dessa abstração, e concordando com a argumentação do referido autor de que as formas de interação entre a organização produtiva

dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (os financiamentos dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada «Europa Verde» da CEE), e o mercado financeiro e de capitais através de bancos e/ou fundos estatais, pela utilização de empresas estatais como *blue chips*, intervêm na circulação monetária de excedentes pelo *open market*, mantém a valorização dos capitais pela dívida pública etc.” (Ibidem, pp. 8-9). CEE significava Comunidade Econômica Européia, gérmen da atual União Européia. Grifos do autor. Aqui, acreditamos, o pensamento de Francisco de Oliveira só enriquece a argumentação desenvolvida a partir dos argumentos de Arrighi.

12 Na concepção de Arrighi, a expansão material do sistema-mundo é análoga à expansão do capital individual: se para o capitalista, o estoque inicial (*D*) transforma-se em mercadoria (*M*) a fim de valorizar-se e depois se verte novamente em capital a um valor maior (*D'*), no sistema-mundo o capital agregado alterna fases de expansão material, com fases de expansão financeira, tornando-se novamente dinheiro *MD'*. Essa seqüência de eventos coincide respectivamente com a ascensão, apogeu e ocaso de centros políticos mundialmente hegemônicos. Daí, o autor conclui que o capital necessita manipular as esferas de decisões políticas a fim de encontrar as melhores condições para valorização; a construção dessas condições necessárias para acumulação perpassa tanto a implementação e manutenção de uma modelagem econômica, como o controle social a ser exercido de modo que medeie os conflitos e minimize os efeitos das antinomias estruturais do modo de produção (Arrighi, 1996).

e a política evoluíram através da: (1) sucessiva incorporação de estruturas de custo para o âmbito da unidade de produção/valorização; (2) alternância entre menor e maior regulação através da estrutura do Estado; (3) uma outra alternância entre maior ou menor complexidade da unidade de produção/valorização, em que essas alternâncias têm correlação direta, é possível sugerir uma esquematização, tal como no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Os ciclos sistêmicos de acumulação, o tamanho da unidade de acumulação junto à estrutura de custos incorporados, a subordinação do trabalho, e a configuração da organização política

Ciclo hegemônico	Unidade de produção/valorização	Custos incorporados	Divisão social do trabalho				Configuração do Estado (administração política do capital)
			Proprietário dos meios de produção (PMP)	Proprietário dos bens resultantes do trabalho (PBRT)	Organização do trabalho (OT)	Distribuição da mercadoria (D)	
Genovês	Empresa comercial de pequeno porte — menor complexidade	—	Trabalhador	Trabalhador	Simplificada, não-hierarquizada e flexível	Descentralizada	Cidades-Estado liberais
Holandês	Empresa monopolista de alcance mundial — maior complexidade	Custos de proteção	Trabalhador	Trabalhador	Simplificada, não-hierarquizada e flexível	Monopolizada	A firma se confunde com o Estado
Inglês	Empresa individual — menor complexidade	Custos de produção	Empreendedor capitalista	Empreendedor capitalista	Complexificada, hierarquizada e inflexível	Descentralizada, mas garantida pelo Estado	Estado liberal burguês
Americano	Multinacional — maior complexidade	Custos de transação	Empreendedor capitalista	Empreendedor capitalista	Supercomplexificada, hierarquizada, mas flexível	Monopolizada	Estado providência

A partir de: Giovanni Arrighi. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

Para Arrighi, as principais diferenças entre cada ciclo hegemônico estão: (1) na configuração da divisão social do trabalho; (2) na superestrutura de manutenção do *statu quo*; e (3) na configuração da unidade de produção/valorização. Vejamos:

Durante o ciclo genovês, no qual o capitalismo era essencialmente comercial, o trabalho detinha autonomia produtiva, no aspecto da distribuição, há de se considerar que a produção estava fora dos domínios dos

capitalistas italianos. Os capitalistas mantinham-se acumulando, median-
te ganhos de comércio entre os centros produtores e os centros consumido-
res da Europa.

No ciclo holandês a principal mudança ocorreu no âmbito da distri-
buição da mercadoria, que, por meio das companhias de comércio, passou
a ser monopolizada pelo capital. Esse também incorporou os custos de
proteção ao seu empreendimento, isto é, à defesa militar de suas posições.
Isso só se fez possível pela imbricação entre os objetivos do Estado e das
companhias.

O ciclo inglês se fez pela subsunção do trabalho ao capital — ou seja,
a incorporação dos custos de produção e retirada da autonomia do traba-
lho. A firma de então se tornou individual, mantida por um empreende-
dor capitalista cuja principal preocupação era construir uma hierarquia de
trabalho que melhor permitisse controlar a formação de mais-valia. A or-
ganização política inglesa já se configurava como Estado burguês liberal,
pautado no sistema representativo.

O ciclo americano rompeu a estrutura minimalista da firma, em vir-
tude dos movimentos mais amplos de concentração e centralização de ca-
pitais. Aquela se torna uma *holding*, que administra atividades econômi-
cas diversas através de complexas hierarquias de trabalho. Sua acumulação
produtiva potencializou-se por meio do *Estado Providência*, e a acumula-
ção financeira, mais recente, por meio da desregulamentação dos merca-
dos de capitais.

Disso depreende-se que, no desenvolvimento do modo de produção
capitalista, a unidade de produção e valorização se modifica assim como a
superestrutura política que lhe oferece suporte. Porém, essa é uma modifi-
cação apenas superficial: como o objetivo de acumulação de riquezas tem
se mantido secularmente, por meio do domínio burguês, as diversas formas
de organização e gestão econômica socialmente estabelecidas foram ou são
metamorfoses temporárias de uma *administração política* fundamental.

Assim sendo, se de um lado rivalizam-se para criar e assegurar a capa-
cidade política de absorver parcelas maiores dos excedentes produzidos no
sistema-mundo, do outro lado os capitais coadunam-se para extrair o
máximo de riqueza, ora através dos sistemas de organização da força pro-
dutiva, ora da valorização fictícia.

Retomemos a história para o primeiro tipo de valorização: enquanto
no ciclo holandês, o capital apenas subsumia formalmente o trabalho —

pois o excedente era extraído da circulação de mercadorias —, o ciclo inglês subsumiu-o de fato, através da divisão atomizada do trabalho, primeiro na manufatura e, depois, na grande indústria;¹³ a guerra da concorrência impôs sua generalização. No século XX, a unidade de produção/valorização levou a atomização a níveis extremos, através do taylorismo-fordismo; e depois passou ao toyotismo, em que o trabalho se tornou “relativamente” complexo e flexível — à custa de maior intensificação do trabalho e demissões em massa. Em complemento, e reafirmando o aventado no quadro acima: em correspondência aos ciclos sistêmicos de acumulação, os estados estruturaram-se de diferentes formas para viabilizar aos capitais individuais e/ou às nações condições mais favoráveis de concorrência no contexto das relações intercapitalistas.

Por fim, mais um argumento de Arrighi nos traz evidências empíricas da *administração política* e estimula nossa proposta de pesquisa: o autor mostra que o período de transição entre um ciclo hegemônico e outro é marcado por momentos, ao menos no plano internacional, de “caos sistêmico”: contestando a hegemonia do país dominante, os demais estados nacionais competem entre si na tentativa de trazer o capital para sua esfera de domínio. Por exemplo: ao passo que declinava o poder da *City* londrina (final do século XI e início do século XX), emergiam as praças financeiras de Berlim, Paris e Nova York. Rivals, a intensa concorrência entre seus capitais produtivos e financeiros materializou-se em uma disputa sistêmica de proporções mundiais (a Primeira Guerra), que levou os EUA e o seu capitalismo trustificado à hegemonia global, mais tarde contestado pelas formas de capitalismo organizado da Alemanha e do Japão. Tais fatos nos chamam atenção para estudar as propostas e trajetórias de organização e gestão dos diversos capitais que concorrem ou surgem nos períodos de contestação hegemônica e que posteriormente, sob uma dada hegemonia, são efetivadas ou abandonadas.

4. A ampliação do conceito de Administração Política e a reafirmação da Administração Profissional

Inicialmente, Santos & Ribeiro compreenderam a *administração política* como “[. . .] a forma pela qual o Estado se organiza e se estrutura para

13 O violento processo de parcelamento do trabalho no âmbito das unidades produtivas é especificamente analisado por Marx, nos capítulos 11, 12 e 13, do primeiro livro d’*O Capital* (Marx, 2006).

gerir o processo das relações sociais de produção (Santos & Ribeiro, 1993, p. 106)”.

Dez anos depois, na mesma trilha, Santos escreveu que a

[. . .] administração política [. . .] é senão o gerenciamento feito pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, para edificar uma certa materialidade visando alcançar as finalidades, expressas no bem-estar de uma sociedade ou da humanidade. [. . .] a administração política é a concepção de um modelo de gestão das relações sociais que tem por objetivo garantir certo nível de bem-estar [. . .] (Santos, 2003, p. 33).

E Ribeiro interpretou da seguinte forma:

Segundo define o professor Reginaldo Santos (2001), nessas condições a Administração Política representa o (ou responde pelo) “modelo de gestão que leva à finalidade última da produção social”. [. . .] Desse modo, compreendemos que para cada conjuntura existe uma concepção distinta de Administração Política, correspondente, pois, às exigências e/ou necessidades assumidas pelo sistema econômico em questão (Ribeiro, 2003, p. 97).

Em acordo ao argumentado nas seções anteriores, acreditou-se que se fazia necessária uma ampliação do conceito de *administração política* — que, nestes momentos iniciais, parecia perceber o caráter sistêmico da administração política capitalista, mas o reproduzia sem o identificar. Nas citações acima, vê-se que ele se circunscreve à administração pública e à idéia de uma materialidade e bem-estar planejados.

Porém, tal como visto até aqui, compreendemos que a *administração política* vai além: corresponde ao conjunto das manifestações organizativas do processo social de construção da materialidade, resultantes de ações planejadas e não planejadas, ativas e passivas, de classes e frações de classes, em determinado período histórico, no espaço societário. Trata-se de um processo concreto de sustentação de uma ordem, de execução do projeto de uma classe, mas que, sobremaneira, não está isento de conflito e de contradições, por ser, enfim, a ligadura social entre os individualizados agentes econômicos na trama do capitalismo.

Essa releitura abre espaço para afirmar que o *fundamento e a reprodução da administração política de um modo de produção estruturam-se, sobretudo, a partir de três dimensões que se influenciam mutuamente: no primeiro plano, a organização e a gestão (1.^a) do processo de trabalho e (2.^a) das suas unidades de produção; no segundo plano, e não menos importante, (3.^a) as relações e articulações, interesses e objetivos, mecanismos e instituições — entre as quais o Estado — elaboradas pelas classes presentes no espaço societário.*

Nos diferentes momentos históricos, as dimensões supracitadas conformaram propostas e formas históricas de *administração política* que, no limite, ora comprometeram-se com a manutenção do modo de produção, ora com sua ruptura ou reforma. Relacionadas a interesses específicos de classe, entre as propostas e formas históricas de *administração política* geradas no seio capitalismo, pode-se enumerar: a ordem liberal (da primeira Revolução Industrial até o *crash* da bolsa de Nova York de 1929); o comunismo “moderno” (cujo marco pode ser o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, de 1848) e o socialismo real (da Revolução Russa de 1917 ao fim da União Soviética, em 1991); a experiência do capitalismo regulado/organizado (de 1930, com as medidas “anti-Grande-Depressão”, passando pelo Estado-Providência, a 1979, quando do “choque Volcker”), também utopia da social-democracia, sobretudo européia; e a ordem neoliberal (do “choque Volcker” até então).

Entretanto, ainda que diferentes, as formas históricas de *administração política* no capitalismo jamais ameaçaram duas das leis desse modo de produção: a acumulação e a concorrência. Ora, se a despeito da mudança de aparência, mantém-se *a gestão sistêmica do capital*, quais são as dimensões que têm garantido sua longevidade até então?

Inúmeros estudos realizados no âmbito da Economia, da Sociologia e da Administração — alguns citados no presente ensaio — já apontaram a capacidade do capital de modificar as formas de produção, distribuição e articulação do poder ao longo da história: sua opção, por mais ou menos controle institucional, por uma organização mais flexível ou controlada do trabalho, entre outras. Nesses movimentos, novamente, o capital viabiliza e é transformado por um modelo de Estado correspondente, que garante estrutura para a sua reprodução ampliada. Daí interroga-se — como se manifesta a viabilização, a execução desses processos? Como apreender esse conjunto de ações que articula o tripé *capital, trabalho e Estado*, res-

ponsável por reproduzir cotidianamente a *administração política* no nível micro? O professor Reginaldo Souza Santos nos ofereceu o conceito de *administração profissional*:

[. . .] a administração profissional [. . .] está associada à dimensão da produção/organização da materialidade que vai levar à finalidade da sociedade [. . .], é responsável [. . .] por todas as etapas operativas do projeto da nação.¹⁴ Assim, a administração profissional compreende todos aqueles profissionais que direta ou indiretamente estão responsáveis pela execução do projeto da nação — aqui estamos falando do economista, do médico, do pedagogo, do filósofo, do arquiteto, do administrador, do engenheiro, pedreiro, carpinteiro, motorista, enfim, de todos profissionais requeridos na construção daquele projeto de sociedade (Santos, 2002, pp. 29-30).

Enfim, a *administração profissional* é tradução da *administração política* na empresa, no Estado, nas organizações da sociedade; *compreende o conjunto das formas de organização do processo de trabalho*; materializa-se mediante normas e procedimentos, socialmente generalizados ou não. São seus elementos constitutivos: *a gerência e o management* — as técnicas de gerenciamento.

É incorreto pensar que a *administração política* determine absolutamente a *administração profissional*: a relação entre elas é de reciprocidade; obviamente a *administração profissional* pressupõe a *administração política*, mas o desenvolvimento da segunda é sempre impulsionado pelo desenvolvimento da primeira. Exemplificando rasamente: tal como argumentado, a divisão parcelada do trabalho pressupôs a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores e impulsionou a divisão hierárquica de funções; essa, por sua vez, associada à concentração de capitais, permitiu a adoção e disseminação do taylorismo-fordismo; e esse, ao permitir o consumo de massa, sustentou materialmente o Estado de Bem-Estar e o capitalismo regulado/organizado.

A *administração profissional* no capitalismo é subordinada à autoridade despótica do capital; e mesmo onde essa subordinação não acontece

14 Como já argumentamos anteriormente, a primeira conceituação de *administração política* associava-se à idéia de planejamento nacional feito pelo Estado; considerar aqui sua noção ampliada, mostrada anteriormente.

de fato, como no Estado ou nas organizações da sociedade civil, o isomorfismo é a tendência. Não por acaso, grande parte do corpo de conhecimentos e práticas até então consolidado sob o nome da *administração* desigam-se a elevar o controle e a produtividade do trabalho.

Considerações finais

Como já visto, no âmbito do modo de produção capitalista — cuja finalidade é a apropriação crescente da riqueza social pela burguesia —, pode-se dizer que há uma *gestão imanente ou administração política* “*fundamental*”, que persegue a reprodução dos mecanismos básicos de exploração que o caracterizam, seja no plano da riqueza material ou da riqueza abstrata. Ela está ancorada, sobretudo, na manutenção do poder social e econômico daquela classe, o que inclui tensões entre a defesa dos seus interesses gerais e privados; e convergências e oposições desses interesses com o de outras classes. O principal instrumento de exercício do domínio burguês tem sido o Estado, mas a *administração política* não se resume a ele: há uma ampla gama de relações e articulações manifestas no espaço societário — através das ações das empresas e sindicatos, das instituições, dos consensos e dissensos macro e microeconômicos, por exemplo — que a conformam de distintas maneiras ao longo da história.

Então, ainda que aluda a um padrão na condução dos processos sociais de organização e gestão, a *administração política* — e a *administração profissional*, por conseqüência — incorporam em si as contradições da realidade social. É verdade que ambas contemplam majoritariamente os objetivos da classe hegemônica, mas suas “racionalidades organizacionais” não são absolutas: o porquê é muito simples — são fundadas em uma sociedade sob o antagonismo de classes.

Assim, podemos afirmar que os elementos concretos que apontam para a existência de um padrão de gestão imanente ao modo de produção estão resumidos na proposição de que: (1) as transformações do trabalho se realizaram, como foi visto na Seção 2, não de maneira aleatória, mas como resposta para a necessidade de maior flexibilidade ou controle sobre o trabalho — de maneira disseminada em todo o modo de produção capitalista no caso do taylorismo-fordismo, e de maneira localizada como no toyotismo, porém como fator determinante para a competitividade; (2) as mudanças de centros hegemônicos mundiais, segundo Arrighi, se deram através da disputa entre capitalistas e nações que propunham formas dife-

rentes de articulação dos fatores produtivos — o que interpretamos, aqui, como formas gerenciais diferentes, como variações dentro de uma mesma administração política capitalista.

Ao constatar-se que há, nas entranhas dos modos de produção, esta gestão imanente, abrem-se inúmeras indagações acerca das implicações que a inserção deste elemento traz sobre a compreensão dos processos sociais de produção e distribuição. Assim, sugerimos novos horizontes de pesquisa que podem analisar a realidade concreta do sistema produtivo, tais como:

> Através dos conceitos *administração política* e *administração profissional*, estudar o desenvolvimento capitalista nos mais diversos países, ao longo do tempo;

> Analisar as características, os determinantes e as estratégias de associação entre o poder político constituído — ou emergente — e o poder econômico, no plano nacional e internacional, quais suas relações e suas influências na dinâmica da acumulação;

> Estudar os papéis, os níveis de inserção e autonomia das classes sociais no curso da administração política, no nível nacional e sistêmico, suas contradições e interdependências.

Além dessas, imaginamos que inúmeras possibilidades de pesquisa podem emergir, a partir da proposta aqui exposta, denotando assim a fecundidade e a pertinência do conceito apresentado. Será o esforço de pesquisa — seja do grupo fundado na Escola de Administração da UFBA sob a liderança do professor Reginaldo Souza Santos, seja dos leitores “incomodados” — que lançará luz sobre estes elementos ainda pouco explicados, trazendo à tona toda a força da proposta.

Porém, deve-se, antes de tudo, fazer uma ressalva: não será pela instituição de elementos positivistas, nem do isolamento conceitual do debate, e muito menos da aplicação dos instrumentos da ciência social vulgar, que se poderá apreender completamente a *administração política*. Sua característica totalizante de processo social de organização e gestão exige um tratamento aberto, que transcenda a segregação científica e se formule como uma verdadeira teoria crítica da sociedade. Se essa preocupação não for observada, redundar-se-á no que tem sido pesquisado em administração — pobres pormenores acerca de como melhor explorar o trabalho.

Referências

- AGLIETTA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. Trad. Juan Bueno. 5. ed. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. Trad. Renée Baratta Zicman. São Paulo: Nobel, 1990.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Roneide Venâncio Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (vol. 1).
- CHANDLER, Alfred D. A lógica duradoura do sucesso industrial. In: MONTGOMERY, Cynthia A. & PORTER, Michael E. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. A história no pensamento de Marx. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.5.doc>. Acesso em 5 nov. 2007.
- DENIS, Henri. *História do pensamento econômico*. Trad. António Borges Coelho. Lisboa: Horizonte, 1982.
- FAYOL, Henry. *Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*. Trad. Irene Bojano e Mário de Souza. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999. 3. ed.
- GURGEL, C. *A Gerência do Pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2003.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. In: GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 38-89.
- MARX, Karl. Classes sociais e bonapartismo. In: IANNI, Octávio (org.). *Marx: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988, pp. 110-24.
- . *O capital: crítica da economia política* (livro I). Trad. Reginaldo Sant'Anna. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 2 v.

- MOTTA, Fernando Prestes. *Teoria geral da administração: uma introdução*. 20. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 22, pp. 8-28, out. 1988.
- REED, Michael. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (org.). *Handbook de estudos organizacionais*. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIBEIRO, Elizabeth Matos. Revisitando o conceito de administração política. In: SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *Administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2003, pp. 91-105.
- SANTOS, Reginaldo S.; RIBEIRO, Elizabeth M. A administração política brasileira. *Revista de Administração Pública — RAP*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, pp. 102-35, out.-dez. 1993.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. In: — (org.). *Administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2003, pp. 19-57.
- SANTOS, Reginaldo Souza (et al). Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva neoliberal. *Revista de Administração Pública — RAP*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, pp. 7-32, jan.-fev. 2004.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2. v.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. Trad. Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. *A máquina que mudou o mundo*. Trad. Ivo Korytovski. Rio de Janeiro: Campus, 1992.